



Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

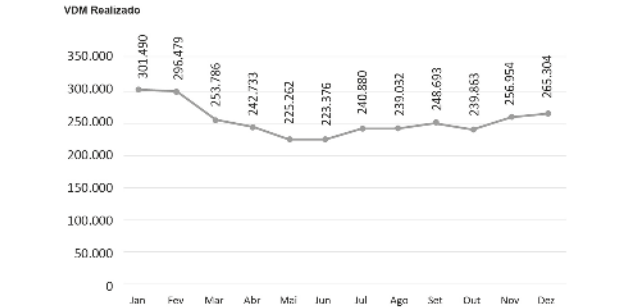
1. Sobre a Companhia: **1.1. Aos Acionistas:** Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022, acompanhados do relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., “CCR ViaSul” ou “Companhia” ou “Concessionária”, tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101, BR-290, BR-386, e BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 01/2018 (“contrato de concessão”). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graeff, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquethina, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tabai, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné. O contrato de concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, que teve início em 15 de fevereiro de 2019. A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a tarifa básica de pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 7,24 referenciada a julho de 2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 4,30545 (deságio de 40,53%). As rodovias administradas pela Companhia são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. **1.3. Destaques de 2022:** O EBITDA em 2022 cresceu 5,20% em relação a 2021, totalizando R\$ 252.202. Esse crescimento é explicado pela 3ª revisão ordinária e o reajuste da tarifa básica de pedágio e pela redução das restrições devido à pandemia da Covid-19. Como principal destaque, temos as obras de duplicação de 165,9 km da BR-386, no trecho entre Marques de Souza e Lajeado, das quais já estão concluídas em 2022, 6,5 quilômetros, localizados entre os km 324+100 e km 330+600. Estão em andamento as obras de duplicação até o km 344+400, previstas para serem concluídas em junho/2023. Até o 18º ano da concessão, a Companhia duplicará 100% dos trechos, que atualmente não são duplicados entre os municípios de Carazinho/RS e Canoas/RS. Trata-se da obra mais esperada em relação à infraestrutura rodoviária do Estado do Rio Grande do Sul, justamente por ser um dos mais importantes corredores da produção. Como as obras de duplicação são normalmente complexas, envolvendo a interdição da rodovia, o uso de explosivos de rochas, a Companhia criou o CALI - Centro de Atendimento à Comunidade Lindeira, um veículo adaptado com recursos audiovisuais que percorre a comunidade levando todas as informações relacionadas às obras. Foram entregues as obras de implantações de passarelas, nos km 9+200, km 62+100, km 77+700 na BR-101. Continua em andamento a execução da obra das passarelas nos kms 20+000, km22+500 e km85+500 da BR-101 e no km 94+900 da BR-290. E, ainda foram concluídas a implantação de 4 Postos de Pesagem Veicular (PPV), sendo 2 na BR-101 e 2 na BR-386. Estão em andamento as obras de implantação da faixa adicional na BR-386 entre os km 344+400 e 349+500 entre os municípios de Estrela/RS e Lajeado/RS, a execução de interconexão no km 98+000 da BR-290, além de alargamento e reforços em obras de arte especiais e restauração de pavimento ao longo de toda a rodovia. Em outubro, a Companhia recebeu o Prêmio Rodovias+Brasil de Sustentabilidade, como reconhecimento do Ministério da Infraestrutura (Minfra), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) pela iniciativa da implantação de Usinas Fotovoltaicas. Em novembro foi divulgado o resultado da pesquisa CNT - Confederação Nacional do Transporte, que é a principal pesquisa no ramo de rodovias e a BR 290 “Freeway” entrou no Top 10 do Brasil, classificada em 7º lugar e a BR 101 sul no Top 15 em 11º lugar. A Companhia completou em dezembro de 2022 1.415 dias de concessão com os seguintes marcos: 1.397 içamentos da ponte do vão móvel; repasse de mais de R\$ 100 milhões em ISS aos municípios; e o marco de 227 mil atendimentos aos usuários das rodovias. **2. Desempenho Econômico-Financeiro:** **2.1. Receita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No período de 28 de março de 2022 a 14 de fevereiro de 2023, o valor da tarifa básica de pedágio determinada pelo referido órgão é de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), conforme deliberação n.º 126 de 21 de março de 2022. Em 2022, o total de veículos pedagiados foi de 52.619.304 ou 92.375.186 em veículos equivalentes bidirecionais nas 7 praças de pedágio. A receita operacional da Companhia em 2022, considerando a receita de pedágio e a receita de construção e acessória, totalizou R\$ 903.069. **2.2. Desempenhos:** Em 2021, vivenciamos uma crise econômica mundial decorrente da pandemia do Covid-19 iniciada em março de 2020. Em 2022 a Companhia obteve um aumento no resultado de 5,95% no lucro líquido em relação a 2021, devido principalmente pela retomada da atividade econômica.

Em R\$ mil	2022	2021	Var. %
Receita líquida	862.254	672.230	28,27%
Receita de pedágio	470.194	421.379	11,58%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	432.620	287.245	50,61%
Outras receitas	255	226	12,83%
(-) Deduções da receita bruta	(40.815)	(36.620)	11,46%
(-) Custos e despesas (a)	(639.329)	(453.721)	40,91%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(432.620)	(287.245)	50,61%
Demais custos e despesas	(206.709)	(166.476)	24,17%
Resultado antes Resultado Financeiro	222.925	218.509	2,02%
(+/-) Resultado financeiro líquido	18.655	18.904	-1,32%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(53.550)	(59.945)	-10,67%
Lucro líquido	188.030	177.468	5,95%
(-) Resultado financeiro líquido	(18.655)	(18.904)	-1,32%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	53.550	59.945	-10,67%
EBIT (b)	222.925	218.509	2,02%
Margem EBIT	25,85%	32,51%	-20,46%
Margem EBIT ajustada (c)	51,89%	56,76%	-8,58%
(+) Depreciação/Amortização	29.277	21.233	37,88%
EBITDA (b)	252.202	239.742	5,20%
Margem EBITDA	29,2%	35,7%	-17,99%
Margem EBITDA ajustada (c)	60,8%	64,7%	-6,03%
Investimentos (d)	(453.581)	(331.599)	36,79%
Veículos equivalentes (em milhares)	92.375	90.073	2,56%

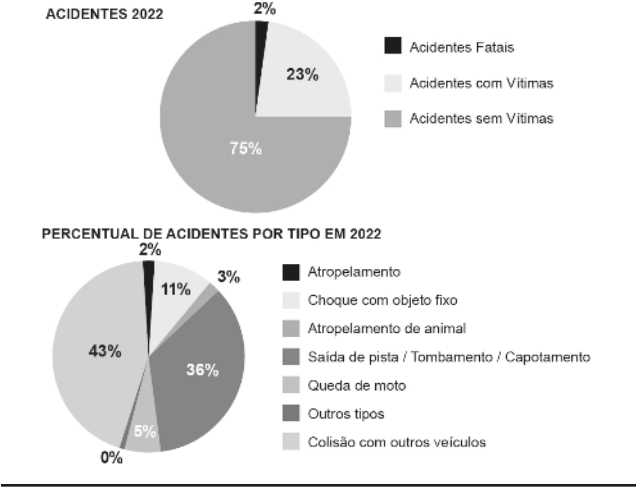
 (a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas. (b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas excluindo-se a receita de construção. (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção. (d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2022, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras. **2.2.1. Receita operacional:** A receita de pedágio em 2022 totalizou R\$ 470.194, um crescimento de 11,58% em relação a 2021, incremento devido ao aumento no tráfego de 2,56%, decorrente da retomada da atividade econômica após pandemia do Covid-19, e pelo reajuste da tarifa básica de pedágio ocorrido em março de 2022, que passou de R\$ 4,70 para R\$ 5,20. **2.2.2. Custos e despesas totais:** Os custos totais em 2022 foram de R\$ 639.329, dos quais R\$ 206.709 são custos operacionais e R\$ 432.620 são custos de construção. Os principais custos de construção são as obras de serviços de recuperação de pavimento, duplicação da BR-386, faixa adicional BR-386, implantação dos postos de pesagem veicular na BR-386 e BR-101, passarelas e dispositivos de segurança, conforme estabelecido no PER - Programa de Exploração da Rodovia. **2.2.3. Investimentos:** Em 2022, os investimentos realizados totalizaram R\$ 453.581, um aumento de 43,98% em relação a 2021. Destacamos a finalização da implantação de três passarelas, localizadas nos km 9+200, 62+100 e 77+700 da BR-101 e 4 Postos de Pesagem Veicular (PPV) nas BR-386 e BR-101, iniciados em 2021. Encontram-se em andamento as obras de ampliação de capacidade da rodovia com a duplicação da BR-386/RS entre km 324+100 e km 344+400, que terá sua conclusão em 2023, a implantação da faixa adicional na BR-386 entre os km 344+400 e 349+500, com previsão de finalização em 2024. Estão em execução também a implantação de 4 passarelas, nos km 20+000, 22+500 e 85+500 da BR-101 e km 94+900 da BR-290; execução de interconexão no km 98+000; além de alargamento e reforços em obras de arte especiais, com previsão de finalização em 2023.

Investimentos	2022	2021
Praças de pedágio/Bases/SAU/PPV	5.793	12.397
Serviços no pavimento	88.503	129.959
Sinalização e elementos de proteção e segurança	61.002	9.050
Obras de arte especiais	9.988	11.500
Drenagem e obra de arte corrente	3.164	1.595
Faixa de domínio	313	626
Obras de ampliação de capacidade	392	508
Obras de implantação de vias, interseção e outros	255.125	104.025
Sistemas e outros imobilizados	31.681	47.020
Total	456.039	316.681

Os investimentos descritos acima, classificados no balanço como imobilizado, intangível e infraestrutura em construção, correspondem aos valores contábeis, ou seja, registrados no momento de competência de cada período. **2.2.4. Captações de Recursos:** Em dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 1.235.198 a serem liberados em quatro subcréditos até 2032, a fim de viabilizar os investimentos de ampliação e obras de melhorias nas rodovias administradas pela Companhia e, aquisições de equipamentos para operação. Em setembro de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 172.000, sendo R\$ 162.597 líquido de custo de transação no valor de R\$ 9.403 referente ao *fee* de 0,5% descontado do primeiro desembolso. **2.2.5. Valor Adicionado:** O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Companhia em 2022 foi de R\$ 326.480 e em 2021 foi de R\$ 291.620, representando 37,86% e 43,38% da receita operacional líquida, respectivamente. **2.2.6. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Em 25 de abril, conforme aprovado em RCA, foram distribuídos dividendos intermediários no montante de R\$ 40.021, referente a totalidade do saldo da conta reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2021. O pagamento deste montante ocorreu em 28 de abril. Em 21 de outubro, conforme aprovado em RCA, foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 25.698 referente aos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2022. Na mesma data foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 59.178 referente ao resultado *pro rata die* de movimentações ocorridas até 30 de setembro de 2022, ambos os pagamentos ocorreram em 28 de outubro de 2022. Em 12 de dezembro, conforme aprovado em RCA, foi aprovado o destaque de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 21.068 calculado sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2021 acrescida ou reduzida de movimentações ocorridas em 2022, exceto quanto ao lucro do próprio exercício. O pagamento aos acionistas ocorrerá conforme vier a ser oportunamente deliberado. **2.2.7. Planejamento Empresarial:** A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil, sendo que sua riqueza é baseada em diversos setores da economia, como indústria automotiva, agropecuária e construção civil. O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia. Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades. **2.2.8. Gestão pela Qualidade Total:** Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Companhia realizou em 2022 a 2ª auditoria de manutenção das certificações ISO 9.001 - Gestão da Qualidade, 14.001 - Gestão de Meio Ambiente e 39.001 - Gestão de Segurança Viária. **2.2.9. Recursos Humanos:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 822 pessoas de forma direta, das quais, 395 pessoas foram contratadas em 2022. **3. Indicadores Operacionais:** **3.1. Caracterização do Tráfego:** **3.1.1. Volume:** No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM), que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Anual (VDMA) de 253.083. Variação mensal do volume no ano base:

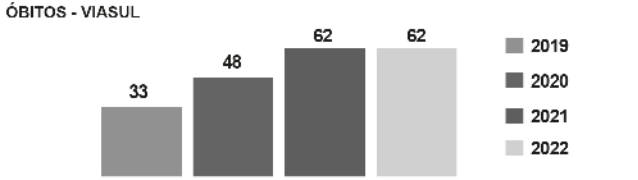


3.2. Segurança no Trânsito: **3.2.1. Acidentes:** Os gráficos apresentam as estatísticas dos acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no período em 2022. **Percentual de acidentes por gravidade em 2022:**



Praça de pedágio	Cobrança	AUTO	4S	3S	2D
Três Cachoeiras	5,20	5,20	10,40	1,50	10,40
Santo Antônio da Patrulha	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40
Gravatá	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40
Montenegro	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40
Paverama	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40
Fontoura Xavier	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40
Vitor Graef	5,20	5,20	10,40	7,80	10,40
Companhia em números					
Dados anuais	VIASUL		Unidade de medida ou comentário		
Extensão da rodovia	473,4		Quilômetros		
Número de veículos que transitaram	52.619.304				
Veículos leves	39.808.231		(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)		
Veículos isentos	876.910				
Número de praças de pedágios	7				
Tarifa	5,20		Informação detalhada no item 3.4.5		
Número de quilômetros mantidos	473,4		Quilômetros por ano		
Índice de congestionamento	N/A		Por velocidade média de veículos		
Trânsito Médio Diário Equivalente	252.570		Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo		
Equipamentos utilizados pelo concessionário	101		Informação detalhada no item 3.3.1		
Índices de qualidade de estrada	VRD>=45 para BR-290/RS		Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)		
	VDR>=47 para				

O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia. Em relação a 2022, o número de mortos em 2021 quando comparado a 2019, permanece igual.



3.3. Dados de Operação da Concessão: **3.3.1. Veículos Alocados:** Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão		
Tipo de Veículo	Quantidade	Qtde/100km
Viatura de inspeção	15	3
Guincho Leve	13	3
Guincho Pesado	4	1
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	58	13
Administração	33	7
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	5	1
Faixa de domínio	3	1
Total de veículos de apoio	43	9
Total	101	22

No exercício de 2022, foram registrados 97.162 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaSul), uma redução de 7% quando comparado a 2021. Foi implantando o Sistema de Chatbot (WhatsApp) que impulsionaram mais de 128 mil acessos no ano de 2022. **3.3.2. Funcionários Alocados:** São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão		
Funcionários	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Diretoria	1	0,04
Gerente de Comunicação	1	0,04
Gerente de Atendimento	1	0,04
Gerente Administrativo Financeiro	1	0,04
Conservação	12	0,48
CCO	34	1,35
Engenharia	37	1,46
TI	35	1,39
Administrativo	87	3,44
Tráfego	110	4,36
Arrecadação	451	17,86
Pesagem	52	2,06
Total Geral	822	32,56

3.4. Aspectos Financeiros: Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do último exercício comparado com o exercício anterior. Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2022, e o acumulado desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2019. **3.4.1. Receita:** O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

	Em 2022	Acumulado
Receitas de pedágio	470.194	1.414.611
Receitas acessórias	255	572
Total das receitas	470.449	1.415.183
3.4.2. Investimentos: As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.		
	Em 2022	Acumulado
Intangível	414.715	1.246.711
Imobilizado	10.016	124.966
Total dos investimentos (líquidos amortização/depreciação)	424.731	1.371.677
3.4.3 Custos e Despesas Operacionais	Em 2022	Acumulado
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	159.975	464.374
Despesas Operacionais	47.169	121.579
Total Custos e Despesas Operacionais	207.144	585.953
3.4.4. ISS pagos: A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.		
	Em 2022	Acumulado
Pedágio	23.460	70.506
Acessória	-	14
ISS Total	23.460	70.520

3.4.5. Tarifas: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano-base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo. Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$ 5,20 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Categoria de veículos											
	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO		
3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00	10,00	10,00	0,50		
15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	52,00	2,60		
15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	52,00	2,60		
15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	52,00	2,60		
15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	52,00	2,60		
15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	52,00	2,60		
15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	52,00	2,60		
15,60	20,80	26,00	31,20	36,40	41,60	46,80	52,00	52,00	2,60		

Dados anuais	VIASUL	Unidade de medida ou comentário
Índices de qualidade de estrada	BR-101/386/448/SC HS > 0,50	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	470.194	Expresso em milhares de reais

Fator Capital		
Despesas de Depreciação	29.277	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.

continuação				Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00			
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021				(Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Receitas				Empregados			
Receitas operacionais	18	903.069	708.850	Remuneração direta		36.972	19.531
Insumos adquiridos de terceiros				Benefícios		11.688	8.715
Custo de construção		(432.620)	(287.245)	FGTS		2.175	1.265
Provisão de manutenção	15	(8.970)	(9.296)	Outras		1.192	843
Custos dos serviços prestados		(85.354)	(81.369)	Tributos			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(20.368)	(18.087)	Federais		78.683	79.975
Valor adicionado bruto		355.757	312.853	Estaduais		320	185
Depreciação e amortização		(29.277)	(21.233)	Municipais		23.496	21.059
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		326.480	291.620	Remuneração de capitais de terceiros			
Valor adicionado recebido em transferência				Juros		9.869	3.069
Receitas financeiras	19	28.585	22.054	Aluguéis		2.640	1.564
Valor adicionado total a distribuir		355.065	313.674	Remuneração de capitais próprios			
Distribuição do valor adicionado				Dividendos e juros sobre capital próprio		154.365	128.574
				Lucros retidos do exercício		33.665	48.894
						355.065	313.674

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, nº 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 14 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101, BR-290, BR-386, BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A Companhia foi constituída em 21 de novembro de 2018 e iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início nas praças da BR-290 em 15 de fevereiro de 2019, na mesma data da assunção da concessão, e nas praças da BR-101 e BR-386 em 9 de fevereiro de 2020, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de fevereiro. Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato: No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 02 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3m - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 3n Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1) 8b Impostos diferidos 11 Intangível e infraestrutura em construção 14 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários 19 Instrumentos financeiros 3. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. a) Moeda estrangeira: • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. b) Receitas de contratos com clientes: É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. c) Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como			
mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério, se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Ativo financeiro a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. d) Caixa e equivalentes de caixa: • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. e) Ativo imobilizado: • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de de-			

continua

continuação

i) Provisão de manutenção - contratos de concessão: As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **j) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **k) Benefícios a empregados:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. **Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **m) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01 (R1)/IFRIC 12):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **n) Arrendamento:** A IFRS 16/ CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso em arrendamento" e "passivos de arrendamento em "arrendamento" no balanço patrimonial. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12. **o) Informação por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio Grande do Sul e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **p) Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **q) Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022: • **Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16) após 30 de junho de 2021:** A alteração estendeu a disponibilidade do expediente prático de aplicação às concessões de aluguel para que qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. • **Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37):** As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022. • **Revisão anual das normas de IFRS 2018 - 2020 (aplicáveis para a Companhia):** i. IFRS 1 - Adoção pela Primeira Vez das Normas IFRS por subsidiárias: Esta alteração simplifica a aplicação da IFRS 1 para uma subsidiária que adota pela primeira vez as Normas IFRS depois de sua controladora - ou seja, se uma subsidiária adota as Normas IFRS posteriormente e aplica a IFRS 1. Uma subsidiária pode optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações estrangeiras em valores incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas IFRS. ii. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Taxas incluídas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros: Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de "10 por cento" ao avaliar se um passivo financeiro deve ser desreconhecido. Assim, uma entidade incluiria apenas as taxas pagas ou recebidas entre a entidade (o devedor) e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pela entidade ou pelo credor em nome da outra parte. iii. IFRS 16 - Arrendamentos: A alteração removeu o exemplo de reembolso de beneficiários em imóveis de terceiros, visto que o exemplo clarifica se o reembolso atenderia à definição de incentivo de arrendamento na IFRS 16. • **Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15 (IFRS 3):** As alterações atualizaram o expediente da norma para que se refira à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura Conceitual de 1989, adiciona um requisito de que, para transações e outros eventos dentro do escopo do IAS 37 ou IFRIC 21, um adquirente aplique o IAS 37 ou IFRIC 21 (em vez da Estrutura Conceitual) para identificar os passivos que assumiu em uma combinação de negócios; adiciona uma declaração explícita de que um adquirente não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. **r) Novas normas ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8); • IFRS 17 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS *Practice Statement* 2; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12); • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06 (IFRS 16); • Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou *joint venture* - alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28); e • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26 (IAS 1).

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a NDF (*non deliverable forward*), que visam à proteção contra riscos cambiais. **Operações de swap de juros:** Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxas de câmbio; d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras,

Menos de 1 ano					Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos	8.888	10.011	9.878	11.494	240.525			
Fornecedores e outras contas a pagar	71.605	5.692	56	-	161			
Fornecedores - partes relacionadas	19.435	-	-	-	-			
Obrigações com o poder concedente	1.076	-	-	-	-			

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2022	2021
Caixa e bancos	19.762	4.903
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	181.846	215.583
Total - Caixa e equivalentes de caixa	201.608	220.486
	2022	2021

Aplicações financeiras

Conta reserva	169	-
Fundos de investimentos e CDB	53	141.462
Total - Aplicações financeiras	222	141.462

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,39% do CDI, equivalente a 12,73% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (103,87 % do CDI, equivalente a 4,57% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber das operações

	2022	2021
Circulante		
Receitas acessórias (a)	-	65
Receitas de pedágio (b)	23.251	20.003
	23.251	20.068

Idade de vencimento dos Títulos

	2022	2021
Crédito a vencer	23.251	20.068
	23.251	20.068

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	241.580	237.413
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(82.137)	(80.720)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas inadotáveis	(653)	(578)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(201)	20
Juros sobre capital próprio	27.284	19.179
Incentivos relativos ao imposto de renda (PAT e prorrogação de licença maternidade)	2.132	2.130
Outros ajustes tributários	25	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(53.550)	(59.945)
Impostos correntes	(54.734)	(64.218)
Impostos diferidos	1.184	4.273
	(53.550)	(59.945)
	22,17%	25,25%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2022			
	Reconhecido no 2021	Resultado líquido	Valor ativo	Passivo fiscal
Provisão para participação nos resultados (PLR)	931	409	1.340	1.340
Provisão de manutenção	3.247	3.530	6.777	6.777
Custo de transação de empréstimos	-	(3.145)	(3.145)	-
Arrendamento	1	103	104	104
Tributos com exigibilidade suspensa de PIS e COFINS	173	167	340	340
Programa de gratificação de longo prazo	185	183	368	368
Outros	210	(63)	147	147
Impostos ativos antes da compensação	4.747	1.184	5.931	9.076
Compensação de imposto	-	-	-	(3.145)
Imposto diferido líquido ativo	4.747	1.184	5.931	5.931

	2021			
	Reconhecido no 2020	Resultado líquido	Valor ativo	Passivo fiscal
Provisão para participação nos resultados (PLR)	88	843	931	931
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	25	25	25
Provisão de manutenção	-	3.247	3.247	3.247
Provisão para fornecedores	39	(38)	1	1
Despesas pré-operacionais	270	(86)	184	184
Arrendamento	-	1	1	1
Tributos com exigibilidade suspensa de PIS e Cofins	-	173	173	173
Outros	77	108	185	185
Impostos ativos antes da compensação	474	4.273	4.747	4.747
Imposto diferido líquido ativo	474	4.273	4.747	4.747

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas.

Saldos				2021			
Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	
Ativo							
Aplicações financeiras	-	-	88.372	-	-	-	-
Bancos conta movimento	-	-	11	-	-	-	-
Contas a receber	12	2.023	2.035	6	380	386	-
Outros créditos	-	23	23	-	-	-	-
Passivo							
Fornecedores	-	19.383	52	976	41	1.017	-
Juros sobre capital próprio a pagar	17.908	-	17.908	-	-	-	-

continua

continuação

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00										
	Transações									
	2022			2021						
	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total				
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	95	95	-	-	-				
Custos/Despesas - doações	-	2.069	2.069	-	387	387				
Custos/Despesas - serviço de transporte de valores	-	183	183	-	-	-				
Custos/Despesas - serviços prestados - CCR GBS	1.624	-	1.624	-	-	-				
Custos/Despesas - suporte administrativo	-	-	-	3.526	-	3.526				
Custos/Despesas - suporte e manutenção tecnologia e engenharia	-	-	-	-	2.269	2.269				
Despesas de prestação de garantia em emissão de dívidas	521	-	521	-	-	-				
Despesas financeiras	-	1	1	-	-	-				
Imobilizado/Intangível	819	-	819	-	4.745	4.745				
Receitas de aplicação financeiras	-	3.345	3.345	-	-	-				
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	20.430	-	20.430	-	-	-				
Repasse de custos e despesas de colaboradores	81	313	394	-	4	4				
Despesas com profissionais-chaves da Administração				2022	2021					
Remuneração: (a)										
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa				1.455	835					
Outros benefícios:										
Provisão de participação no resultado										
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte				1.000	589					
Pagamento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano				722	296					
Previdência privada				49	46					
Seguro de vida				2	2					
				3.228	1.768					
				2022	2021					
				1.113	1.381					
Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração										
Remuneração dos administradores (a)										
(a) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.										
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.228, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.										
10. Ativo imobilizado										
Valor de custo	2021			2022						
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final				
Móveis e utensílios		1.345	-	(1)	4	1.348				
Máquinas e equipamentos		18.825	-	(12)	3.587	22.400				
Veículos		14.146	-	(280)	561	14.427				
Equipamentos operacionais		48.728	-	-	8.597	57.325				
Imobilizações em andamento		45.168	22.594	(11)	(13.173)	54.578				
Total custo		128.212	22.594	(304)	(424)	150.078				
Valor de depreciação	2021			2022						
Móveis e utensílios	10	(196)	(135)	-	-	(331)				
Máquinas e equipamentos	13	(1.985)	(3.055)	2	-	(5.038)				
Veículos	23	(7.245)	(3.429)	192	-	(10.482)				
Equipamentos operacionais	10	(3.836)	(5.425)	-	-	(9.261)				
Total depreciação		(13.262)	(12.044)	194	(25.112)	(25.112)				
Total geral		114.950	10.550	(110)	(424)	124.966				
Valor de custo	2020			2021						
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final				
Móveis e utensílios		820	-	(2)	527	1.345				
Máquinas e equipamentos		3.685	-	(202)	15.342	18.825				
Veículos		13.091	-	-	1.055	14.146				
Equipamentos operacionais		7.044	-	(270)	41.954	48.728				
Imobilizações em andamento		73.204	30.896	(121)	(58.811)	45.168				
Total custo		97.844	30.896	(595)	67	128.212				
Valor de depreciação	2020			2021						
Móveis e utensílios	10	(86)	(110)	-	-	(196)				
Máquinas e equipamentos	12	(362)	(1.647)	24	-	(1.985)				
Veículos	24	(3.907)	(3.338)	-	-	(7.245)				
Equipamentos operacionais	10	(363)	(3.480)	14	(7)	(3.836)				
Total depreciação		(4.718)	(8.575)	38	(7)	(13.262)				
Total geral		93.126	22.321	(557)	60	114.950				
(a) Reclassificação da infraestrutura em construção, ativo intangível e ativo imobilizado.										
11. Intangível e infraestrutura em construção										
Valor de custo	2021			2022						
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (d)	Saldo final			
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		635.977	-	108.383	(3)	744.357				
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.273	-	1.683	-	2.956				
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		522	4.037	(1.259)	-	3.300				
Total custo		637.772	4.037	108.807	(3)	750.613				
Valor de amortização	2021			2022						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(19.035)	(16.290)	-	-	(35.325)				
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(237)	(390)	-	-	(627)				
Total amortização		(19.272)	(16.680)	-	-	(35.952)				
Total intangível		618.500	(12.643)	108.807	(3)	714.661				
Infraestrutura em construção (c)		213.496	429.330	(108.383)	(2.393)	532.050				
Valor de custo	2020			2021						
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (d)	Saldo final			
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		431.131	-	-	205.296	(450)	635.977			
Direitos de uso de sistemas informatizados		346	-	-	927	-	1.273			
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		710	464	(1)	(651)	-	522			
Total custo		432.187	464	(1)	205.572	(450)	637.772			
Valor de amortização	2020			2021						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(6.632)	(12.410)	-	7	-	(19.035)			
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(52)	(185)	-	-	-	(237)			
Total amortização		(6.684)	(12.595)	-	7	-	(19.272)			
Total intangível		425.503	(12.131)	(1)	205.579	(450)	618.500			
Infraestrutura em construção (c)		111.636	308.920	-	(205.639)	(1.421)	213.496			
(a) Reclassificações do infraestrutura em construção, ativo intangível e ativo imobilizado; (b) Amortização pela curva de benefício econômico; (c) Em 2022, refere-se principalmente a duplicação da BR-386 entre os km 324+100 a km 340+400, finalização da construção de postos gerais de fiscalização (PGF) na BR-101, implantação de passarelas na BR-101/RS nos km 62+390, km 78+050 e km 9+220, implantação de dispositivos de segurança e restauração de pavimento ao longo da rodovia, implantação da usina de asfalto gravimétrica na BR-386, no km 358, implantação de Posto de Pesagem Veículos, faixa adicional entre os km 344+400 ao km 349+500 na BR-386 e implantação do projeto de fibra óptica. Em 2021, das obras que compõe a infraestrutura em construção, destaca-se a implantação da duplicação da BR 386, km 324+100 ao km 344+400. Em 2021, das obras que compõe a infraestrutura em construção, destaca-se a implantação da duplicação da BR 386, km 324+100 ao km 344+400. (d) Em 31 de dezembro de 2022, do total de R\$ 2.396, R\$ 2.350 refere-se a recebimento de sinistros, R\$ 30 a desapropriações e R\$ 16 a crédito de IRRF. Em 31 de dezembro de 2021, do total de R\$ 1.871, R\$ 166 refere-se à caução, R\$ 1.423 a recebimento de sinistros e R\$ 282 a desapropriação.										
12. Arrendamento: a. Direito de uso em arrendamento										
Valor de custo	2021			2022						
	Saldo inicial	Adições/remensuração	Saldo final							
Veículos	152	4.525	4.677							
Total de custo	152	4.525	4.677							
Valor de depreciação	2021			2022						
Veículos	(63)	(553)	(616)							
Total de depreciação	(63)	(553)	(616)							
Total geral	89	3.972	4.061							
b. Passivo de arrendamento										
	2021			2022						
	Saldo inicial	Reversão do ajuste a valor presente	Adições/ Remensuração	Pagamentos	Transferências	Saldo final				
Circulante	54	143	1.477	(395)	509	1.788				
Não circulante	39	-	3.048	-	(509)	2.578				
	93	143	4.525	(395)	-	4.366				
O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 9,64% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.										
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido o montante de R\$ 274 como despesa de aluguel (R\$ 1.287 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), decorrente de arrendamentos não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.										
Cronograma - não circulante										
2023						2022				
2024						1.499				
Total						1.079				
13. Fornecedores										
Circulante	2022			2021						
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)				50.700	28.553					
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)				174	240					
Cauções e retenções contratuais (b)				20.031	8.354					
				20.905	37.147					
Não circulante	2022			2021						
Cauções e retenções contratuais (b)				5.909	8.485					
				76.814	45.632					

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

14. Financiamento

	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação	Custos de transação	Saldos dos custos a apropriar em 2022	Vencimento final	2022
Instituições financeiras	(% a.a.)	ção (% a.a.) (a)	incorridos			
Em moeda nacional						
BNDES	IPCA + 4,598216 a.a.	5,1913%	4.501	4.416	Dezembro de 2043	71.330 (b) (c) (d)
BNDES	IPCA + 4,598216 a.a.	5,3949%	4.902	4.826	Dezembro de 2043	92.338 (b) (c) (d)
Total geral				9.242		163.668
Circulante						
Financiamentos						1.506
Custos de transação						(661)
						845
Não Circulante						
Financiamentos						171.404
Custos de transação						(8.581)
						162.823

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Operações com mais de uma série/tranche estão apresentadas pela taxa média ponderada: **Garantias:** (b) 100% aval/fiança corporativa da Controladora CCR S.A. não remunerado; (c) Garantia real; e (d) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

2024	2.292
2025	2.292
2026	4.095
2027	6.130
2028 em diante	156.595
(-) Custo de transação	(8.581)
	162.823

A Controladora CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura "Manutenção" sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES. Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. **15.1. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2021	2022				
Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final	
Não circulante						
Cíveis	75	3.734	(42)	(3.724)	3	46
Trabalhistas e previdenciários	-	939	(2)	(849)	11	99
	75	4.673	(44)	(4.573)	14	145

15.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2022	2021
Cíveis e administrativos	493	183
Trabalhistas e previdenciárias	63	-
	556	183

16. Provisão de manutenção

	2021	2022		
Saldo Inicial	Constituição	Reversão do ajuste a valor presente	Saldo final	
Não circulante	9.555	8.970	1.408	19.933
Total	9.555	8.970	1.408	19.933

A partir de janeiro de 2021, iniciou-se a provisão contábil dos custos das manutenções futuras no pavimento das rodovias administradas pela concessionária, conforme o cronograma definido pela equipe de engenharia. As taxas anuais de 2022 e 2021, para o cálculo do valor presente, são de 9,64% a.a. e 7,08% a.a., respectivamente.

17. Patrimônio Líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.188.456, representado por 1.188.456.196 de ações ordinárias. **b. Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. **d. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (lei nº 6.404/1976). Em 25 de abril de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 40.021, correspondentes a R\$ 0,03367447377 por ação, à totalidade do saldo da conta de reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2021. O pagamento ocorreu em 28 de abril de 2022. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	188.030	
(-) Constituição de reserva legal	(9.402)	
Lucro líquido		

<